

---

**DISCURSO PROFERIDO POR SUA EXCELENCIA  
O MINISTRO DA DEFESA NACIONAL AO CURSO  
DE DEFESA NACIONAL 1990/1991**

---

*Fernando Nogueira*

---

DISCURSO PROFERIDO POR SUA EXCELÊNCIA  
O MINISTRO DA DEFESA NACIONAL AO CURSO  
DE DEFESA NACIONAL 1990/1991

---

Direi em primeiro lugar que é sempre gratificante para mim, pessoalmente e pelas funções institucionais em que estou investido, vir ao Instituto da Defesa Nacional e ter a oportunidade, mais uma vez, de abordar e convosco poder debater e esclarecer, as questões mais importantes relativas às grandes linhas de Orientação da Política de Defesa Nacional. E faço-o no seio de uma prestigiada instituição que já hoje constitui um instrumento insubstituível de reflexão e debate, perante uma audiência qualificada de quem o País espera no futuro um valioso contributo sobre as questões de defesa que se reflectirão nos vários sectores de actividade em que está inserida, e corporizando a intenção do Governo a que pertença de promover, a todos os níveis, uma ampla discussão sobre este tema.

No final da minha intervenção estarei à vossa disposição para esclarecer as dúvidas que ela eventualmente tenha suscitado e responder a todas as questões que queiram colocar-me.

A Política de Defesa Nacional é uma política de carácter global que se traduz no planeamento e execução de um conjunto coerente de medidas visando em última análise garantir ao País a sua independência, a sua liberdade e a sua integridade territorial. Mas como o mundo de hoje se apresenta como uma cada vez mais complexa teia de multidependências, a sua formulação não pode deixar de considerar, a par das acções de carácter interno, todos os condicionamentos que decorrem da evolução da situação internacional, exigindo ambos, pelo seu significado e importância, o mais amplo consenso nacional.

Nos últimos quarenta anos foram as questões de segurança e defesa que dominaram as relações internacionais, com algumas tentativas, sem grande sucesso, de procurar chamar a atenção para a cooperação económica e para o diálogo necessário à resolução do conflito sempre latente entre países pobres e países ricos. Com o advento do nuclear e do desenvolvi-

mento tecnológico acelerado, o mundo fica mais pequeno e penetrável, mundializam-se as relações internacionais e deixa de haver estados autárquicos. O pensamento estratégico é dominado pela confrontação global entre os dois blocos, e a defesa dos espaços nacionais, principalmente na Europa, subordina-se a um conceito de segurança colectiva.

Hoje o modelo de paz que vigorou na Europa após a II Guerra Mundial está a chegar ao fim. Mas existem tentativas sérias para prolongar essa paz. Esboça-se uma nova arquitectura europeia pós-guerra fria, de cooperação e não de confrontação: São as medidas de confiança mútua e de prevenção de conflitos no âmbito da CSCE, são as convenções START e CFE sobre as armas nucleares estratégicas e forças convencionais e é a postura militar defensiva e a procura de entendimento entre as superpotência no que respeita à segurança europeia.

Mas tudo, ou quase tudo permanece em aberto. Neste contexto de segurança colectiva incerto, ou pelo menos com riscos ainda não completamente avaliados, desenvolvem-se aceleradamente esforços para o reforço económico da Europa, para novos arranjos políticos e das estruturas de segurança e para o despertar de uma ideia de «Europa para os Europeus» de contornos pouco definidos e a que Portugal tem que estar particularmente atento. No entanto não é difícil reconhecer que tais alterações têm originado mudanças na percepção da ameaça e crescentes dificuldades aos Governos ocidentais para justificar os respectivos esforços de defesa. Constata-se ainda a existência de algumas leituras divergentes entre os Aliados no que respeita ao capítulo da Segurança e Defesa e que ainda há pouco foram evidentes durante o conflito no Golfo Pérsico, provando, se tal ainda fosse necessário, que são os interesses nacionais ainda a prevalecer no relacionamento entre Estados.

No que à Defesa Militar diz respeito a dissuasão continuará a ser um parâmetro permanente na Estratégia das Superpotências, os espaços nacionais retomarão importância, os equilíbrios regionais voltarão a ser preocupação para a segurança europeia e as estratégias militares defensivas irão dominar o pensamento militar nos anos que se aproximam. O mar e o espaço aéreo terão importância acrescida como local privilegiado de competição entre os Dois Grandes e meio ideal para projecção de poder, de todo fora do alcance das economias mais modestas.

A tendência parece ser para a constituição de exércitos pequenos, com melhoria qualitativa dos seus recursos, ênfase no armamento convencional

e na mobilidade acrescida, em que a uma realidade de cooperação já existente na investigação, desenvolvimento e produção de armamentos e equipamentos se venha a seguir uma cooperação através da constituição de forças multinacionais, como reforço da coesão e um atenuar da ameaça.

A defesa nacional não deve contudo ser encarada numa óptica meramente reactiva à conjuntura externa. A integração em espaços mais vastos e a procura de sistemas de defesa colectivos, como forma de reduzir custos e explorar sinergias, deve privilegiar os cenários que reduzam as nossas vulnerabilidades e potenciem os nossos recursos, no respeito pelas especificidades da posição portuguesa decorrentes de constantes geográficas e históricas que secularmente nos têm garantido a soberania, a independência e a afirmação de Portugal no concerto das Nações.

Como já se tem afirmado, defender um país como Portugal, não é apenas defender uma área geográfica e os seres humanos que a habitam. É muito mais do que isso. Trata-se de defender os valores que nos são comuns, uma cultura, a condição do homem português que se dá bem com o mundo aberto, a paixão da independência e da liberdade que marcaram Portugal e, sobretudo, um projecto coerente de esperança para o nosso futuro colectivo.

Mas a formação das linhas de orientação para uma política de defesa é antes de mais um acto de integração no todo nacional, de um conjunto de acções pluridisciplinares nos campos político interno, político externo, económico e militar que nos permitam atingir os objectivos permanentes que em relação a esta área estão constitucionalmente consagrados.

No plano político interno e num clima de estabilidade e confiança, através do enraizamento, na comunidade nacional de um verdadeiro espírito de Defesa, do reforço da coesão e do querer nacional e do desejo de independência, baseados na consciência da identidade própria de Portugal, na defesa e preservação da língua portuguesa, no respeito pelos símbolos nacionais e bem assim na defesa do primado da cultura e do saber, considerando a juventude como o nosso mais valioso património e a sua educação como a grande aposta no futuro.

Esta é uma área a que o Governo tem dedicado especial atenção, nomeadamente no lançamento e apoio às actividades preparatórias das comemorações dos descobrimentos portugueses e nas medidas tomadas para dignificação e avivamento do culto da bandeira nacional e no debate público que tem promovido sobre as questões de defesa.

Na vertente externa através da defesa da continuação da NATO, mesmo que numa configuração diferente da actual, essencial para a nossa própria segurança. A par da componente europeia da defesa, é indispensável o papel dos Estados Unidos no sistema de segurança colectiva da Aliança. Esta posição encontra correspondência no posicionamento euro-atlântico, portanto central e não periférico, do nosso território e na nossa identidade cultural. Em termos regionais, há que privilegiar num quadro de relacionamento multilateral, o aprofundamento dos contactos com os países vizinhos havendo interesse em chegar, isoladamente ou em conjunto com países europeus mediterrânicos e os países do Magreb, a acordos de equilíbrio militar. As relações bilaterais de defesa permitirão também um relacionamento preferencial com países amigos que se traduzam em vantagens mútuas, no respeito pela soberania e independência de cada um. Estão neste caso as acções de cooperação realizadas conjuntamente com os países africanos de expressão portuguesa.

O Governo tem praticado e manterá uma política de cooperação franca e aberta com estes países, de que constituem testemunho recente os resultados da viagem que acabei de efectuar à Guiné-Bissau e a Cabo-Verde, procurando, sempre que solicitado, contribuir para que se alcance a paz onde há conflito, como está a acontecer em relação a Angola. Essa cooperação será total, abrangerá todos os domínios, ocupando, dentro destes, lugar de relevo a cooperação militar. Trata-se de actividade reconhecida-mente vantajosa para ambas as partes e através da qual o peso português no contexto internacional sai revalorizado.

Também a nossa participação na CEE nos dá hoje maiores possibilidades de afirmar os nossos interesses e de exercer influência sobre as políticas de outros estados devendo, no entanto, permitir-nos a flexibilidade suficiente à manutenção e aprofundamento das nossas ligações atlânticas e a valorização e reforço do desenvolvimento da cooperação com os países de expressão portuguesa. No fundo vale a pena apostarmos na integração europeia, mas de forma a não cairmos no «exclusivo europeu». Finalmente devemos contribuir para o reforço da importância dos organismos internacionais na resolução dos conflitos entre os Estados, casos, por exemplo da ONU e da CSCE.

No campo económico é incontestável que este vector vem assumindo uma importância crescente na definição das estratégias nacionais. O desen-

volvimento económico e social condiciona de forma determinante toda a vida nacional, sendo por isso uma área chave também para a defesa. De facto, não faz hoje sentido pensar em Defesa Nacional desligada da sua componente económica. Importa ter presente que a instabilidade política interna e a desarticulação da economia acarretam sempre uma maior vulnerabilidade no que concerne à independência nacional. Então deixam de existir condições para executar uma verdadeira política de defesa nacional. Neste campo o governo tem prosseguido com afinco o desenvolvimento do país, procurando colmatar o atraso económico e tecnológico que tem constituído a nossa vulnerabilidade base e condicionado decisivamente a nossa capacidade de afirmação e defesa. Também aqui os resultados falam por si.

No campo militar, assiste-se a um repensar de estratégias e conceitos operacionais de há muito consolidados na Aliança Atlântica e responsáveis pela vitória na guerra fria e pela paz em segurança, que, pelo carácter envolvente dos nossos problemas de defesa, estratégicos e militares, não podem, naturalmente, vir a ser ignorados. Vive-se na esperança de alcançar uma paz duradoura na Europa, e na incerteza dos riscos e desafios resultantes da instabilidade noutras regiões do Sul e do Médio Oriente, que podem prefigurar novas ameaças e criar situações altamente lesivas dos interesses do mundo ocidental em que nos inserimos.

Atento a esta situação, Portugal terá de qualquer modo, de continuar a cuidar da sua defesa militar como uma afirmação de soberania, conciliando exigência com recursos, atento a determinismos que são a posição geográfica e o espaço disperso do seu território e observando, permanentemente, os riscos existentes e o quê e quem pode ferir o interesse nacional. Defesa militar que terá que ser servida por uma estratégia militar credível perante opositores e, suportada pela opinião pública nacional. Concebida de acordo com os meios disponíveis da Nação e na certeza assumida de beneficiar dos esquemas colectivos de segurança em que se integra e onde tem igualmente compromissos militares aceites.

A resposta aos riscos será obtida por um sistema de forças naturalmente reduzido, com capacidade militar autónoma, minimamente dissuasora e credível, com uma postura defensiva que é aceitável, adequada e sobretudo legítima para uma pequena potência, capaz de crescer por mobilização de acordo com o grau de ameaça e com alguma capacidade de projectar força à distância, com rapidez e segurança, quer por necessidades de defesa de

espaços nacionais dispersos, quer por compromissos assumidos no âmbito de alianças.

O apoio aos interesses nacionais traduz-se ainda e concretamente na possibilidade de as Forças Armadas executarem missões de interesse público, participarem em forças multinacionais e levarem a efeito acções de cooperação militar, designadamente com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Foi pois perante este pano de fundo que o governo decidiu levar a cabo a Reestruturação e Modernização das Forças Armadas. Reestruturação que deverá ser suficientemente flexível para permitir, de forma progressiva, a necessária harmonização com o novo pensamento político em matéria de Segurança e Defesa, mas que, por este facto, não deveria conduzir a impasses na tomada de decisões que de há muito se impunham. Assim o exigia o interesse nacional, assim o mereciam as nossas Forças Armadas ansiando por uma profunda transformação que desde o ciclo do Ultramar fora sempre adiada, assim o entendeu o Governo, lançando mãos a uma tarefa árdua, mas gratificante, de dotar o País com umas Forças Armadas dignificadas, correctamente inseridas na sociedade de que emanam e minimamente capazes de desempenhar com eficácia as missões que constitucionalmente lhe estão cometidas, mas uma tarefa que deve merecer pelo seu significado e importância o mais amplo consenso nacional, pois, em última análise, os caminhos da paz e do desenvolvimento passam necessariamente pela garantia de um clima de estabilidade e segurança.

Neste quadro se insere todo um importante e numeroso conjunto de medidas já tomadas ou previstas a breve prazo após discussão em sede própria, de que se destacam o lançamento e desenvolvimento do grande debate público sobre a Defesa Nacional, a criação do grupo de reflexão estratégica, as acções de implementação da estrutura orgânica do ministério, a proposta de um novo conceito do Serviço Militar Obrigatório, acções no âmbito do redimensionamento e gestão na área do pessoal, o lançamento e reforço de acções de actuação das Forças Armadas em apoio ao desenvolvimento nacional, o enquadramento, desenvolvimento e racionalização da política de cooperação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, a preparação da 2.<sup>a</sup> Lei de Programação Militar para o Reequipamento das Forças Armadas, o saneamento financeiro da INDEP, a constituição do Fundo de Pensões Militares, a celebração com Institutos de Investigação e Universidades

de Protocolos de Investigação e Desenvolvimento, a Lei de Bases da Organização Superior das Forças Armadas, as acções de racionalização e alienação de Património, e os Regulamentos das Escolas Militares e respectivas estruturas curriculares.

Uma Política de Defesa Nacional coerente não se improvisa. Exige uma cuidada preparação, numa perspectiva de longo prazo. E é assim que dando continuidade ao esforço significativo que tem vindo a fazer nesta área, o Governo inscreveu nas Grandes Opções do Plano para 1991 um conjunto de acções programadas que mais não são do que a materialização das principais Linhas de Actuação no âmbito da política de defesa que passarei a expor.

No quadro das Componentes não Militares há que promover o reforço da vontade de defesa, pelo aprofundamento do conhecimento dos interesses permanentes nacionais, pelo alargamento do censenso nacional em matéria de defesa e ainda por um relacionamento activo da sociedade portuguesa no debate, clarificação e aceitação desses mesmos valores. Nesse sentido prosseguirá o debate público «Defesa Nacional: Anos 90», a actuação de forma continuada do Grupo de Reflexão Estratégica e o apoio à criação de Estudos Estratégicos nas Universidades. Será ainda prosseguido o esforço de modernização e reconversão das indústrias de defesa e estabelecidos incentivos e apoios à investigação científica e ao correspondente desenvolvimento tecnológico, serão dinamizadas as acções de planeamento e reforço de meios, no domínio do Planeamento Civil de Emergência e serão lançadas acções no âmbito da Coperação Civil-Militar, tendo em vista a obtenção da adequada articulação e centralização das entidades e dos meios destinados a Missões de Interesse Público.

No Quadro das Forças Armadas será prosseguida a sua reestruturação e redimensionamento através da concretização das acções de implementação da estrutura orgânica do Ministério da Defesa Nacional em paralelo com a redefinição da estrutura superior das Forças Armadas; da redefinição do sistema de forças e do dispositivo, numa primeira fase, através da concentração de instalações fora dos centros urbanos e conseqüente alienação do património, designadamente em Lisboa; da definição do sistema logístico e de instrução das Forças Armadas, prevendo inclusivé a integração de órgãos e serviços afins de ramos diferentes; da implementação do novo conceito do Serviço Militar Obrigatório; da concretização de acções no âmbito

do redimensionamento e adequada gestão do Pessoal, pela execução plena do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, do Diploma dos Quadros Permanentes dos Ramos para o período de 1990-92, do Diploma que cria o Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas; e da definição das forças e meios para participação nas estruturas e forças de defesa colectiva.

Será ainda prosseguido o esforço de reequipamento e modernização do instrumento militar, através da elaboração e execução da 2.<sup>a</sup> Lei de Programação Militar. Portugal é um país de recursos limitados, sendo certo que não estão ainda integralmente satisfeitas algumas necessidades básicas nas áreas da assistência social, da saúde e da habitação, a que urge por isso dar prioridade. Por outro lado os equipamentos militares, em geral, e o material de guerra em especial, mercê das constantes inovações tecnológicas que em lugar de retardarem a sua obsolescência antes a precipitam, atingem hoje custos elevadíssimos, que muito oneram os orçamentos anuais. Daí que se imponham critérios de racionalidade e redobradas cautelas na sua aquisição e se procurem outras fontes de financiamento para além do Orçamento do Estado. Estão neste caso as ajudas externas valiosas de países que conosco partilham os mesmos interesses em matéria de defesa e se traduzem não só na disponibilidade de créditos, mas também na cedência de material em boas condições de utilização e os benefícios sensíveis que Portugal espera colher no âmbito do Acordo CFE, correspondente à transferência de material de guerra estacionado no Centro da Europa para países periféricos. Mas parece indiscutível que o esforço recente de modernização operado para o conjunto das Forças Armadas não encontra paralelo na nossa história contemporânea.

Haverá ainda que otimizar os recursos orçamentais através do aperfeiçoamento da componente interna do orçamento e do reequilíbrio das despesas militares em pessoal, equipamento, infraestruturas, manutenção e operação e desenvolver um sistema eficiente de Convocação, Mobilização e Requisição que garanta a ampliação do sistema de Forças tendo em conta a redução do Serviço Militar Obrigatório. Como já afirmei os exércitos deverão ser reduzidos, mas com melhoria qualitativa dos seus recursos e podendo crescer por mobilização para diferentes patamares de suficiência. Portugal acompanhará por certo esta tendência. Quer isto dizer que iremos ter umas Forças Armadas de mobilização, com um sistema de forças baseado no conceito de suficiência mínima, com capacidade de resposta a ameaças

de baixa intensidade que ocorram em qualquer ponto do Território Nacional, assegurem a satisfação dos compromissos internacionais assumidos e desenvolvam o seu sistema de instrução por forma a cobrir a totalidade do contingente anualmente disponível, dando assim cumprimento ao preceito constitucional quanto ao Serviço Militar Obrigatório, assegurem ao mesmo tempo a preparação das várias classes anuais por forma a possibilitar que, por mobilização, o Sistema de Forças cresça e se constitua em elemento dissuasor autónomo e credível. Daqui resulta um aparelho militar em tempo de paz orientado para a instrução, o que não é concerteza, bem pelo contrário, uma missão menos nobre a cumprir.

Esta situação afinal não é nova para nós. Portugal, ao longo da sua história e com raras excepções, adoptou na generalidade uma estratégia global defensiva, cuja concepção assentava num dispositivo disperso por todo o território nacional, na manutenção em tempo de paz das instalações e forças mínimas que possibilitassem sem grandes sobressaltos crescer por mobilização e numa vocação mais para instruir e para mobilizar do que para produzir permanentemente força, sendo em número mínimo as Grandes Unidades constituídas em permanência, destinadas sobretudo à satisfação dos compromissos internacionais assumidos.

A existência de Forças Armadas modernas, convenientemente estruturadas e apetrechadas, ajustadas à dimensão e interesses do País, constituirá certamente, numa época da história caracterizada por sucessivas alterações que conferem alguma ambiguidade e indefinição ao quadro geopolítico de referência, um poderoso factor integrador da Comunidade Nacional, garante de estabilidade e segurança e valioso suporte e apoio credível à afirmação externa de Portugal tanto no quadro das Alianças colectivas de Defesa como no contexto das relações bilaterais e de cooperação, especialmente com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Não isento de sobressaltos e dificuldades, este desafio de modernização deverá, assim, continuar a constituir opção conveniente do Governo e demais entidades nacionais, como contributo deveras significativo para facilitar os caminhos ambicionados da Paz, da Cooperação e de Progresso de Portugal.

*Fernando Nogueira*  
Ministro da Defesa Nacional